

1964, o ano de uma notícia indelével: a construção memorial do golpe militar, no Brasil, entre a mídia, a memória e a história

Sônia Maria de Meneses Silva

Mestre em História Social – UFRJ;

Doutoranda em História – UFF;

Professora do Departamento de História Cariri-URCA.

Ceará [Brasil]

sonia.meneses@gmail.com

Neste artigo, trata-se da produção de acontecimento memorável nas relações entre mídia, memória e história, no Brasil contemporâneo. A partir da análise sobre o Golpe de 1964, nas matérias do jornal *Folha de S. Paulo*, entre os anos 1994 e 2004, investigamos como se produzem formuladores de sentidos articulados na interseção entre esses três campos que servem na produção dos eventos emblemáticos em nossos dias.

Palavras-chave: Acontecimento. Memória. História e mídia.



1 Introdução

Foi ontem, foi há 14 anos [...] “pouco tempo para julgar”, quando falta à perspectiva histórica e cada um de nós se situa dentro de uma condição limitada, vendo que vê, como vê de onde se vê. [...] O historiador, porém, não tem como “missão somente o julgamento definitivo de uma época”. Porque deve registrá-la quando ocorre, documentá-la enquanto vivem seus personagens e subsistem as fontes de informação, os jornais, as gravações, os documentos, as fotografias, os livros escritos na hora quente. “Então a história é um fluxo contínuo” que se avoluma até a versão definitiva. (FOLHA DE S. PAULO, Caderno Brasil, 2 abr. 1978, grifos nossos).

A citação acima não foi extraída de uma obra historiográfica convencional, embora possamos perceber nela os fundamentos epistemológicos de concepções utilizadas na tentativa de ordenação da ciência histórica em fins do século XIX. Retirada de uma matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, ela nos parece representativa de uma idéia de história pensada por meio desse recurso midiático.

O trecho traz alguns elementos bastante significativos em relação à construção de eventos emblemáticos e de sentidos históricos no mundo contemporâneo, a saber: fala de um acontecimento histórico – o Golpe de 1964; apresenta uma função para a história: pedagógica, na medida em que busca uma lição para o presente. E um sentido: teleológico, ou seja, o futuro trará o julgamento definitivo de uma época. Além disso, deve-se, garantir a guarda do passado humano até uma versão completa.

Para tentar compreender como os acontecimentos históricos adquirem significado por meio dos recursos midiáticos, tomaremos o próprio golpe, como episódio exemplar, posto que, para entendermos a formulação contemporânea de tais eventos, devemos considerar o movimento de uma complexa rede de componentes díspares: a mídia, a memória e a historiografia.

Durante a segunda metade do século XX, poucos eventos foram tão recorrentes como o Golpe de 1964. Além disso, foi bastante significativa a produção intelectual sobre o tema nas últimas décadas, não somente em termos bibliográficos, mas também em filmes, documentários, revistas, romances, tornando-o um evento insistentemente apropriado pelas mais variadas mídias.

Contudo, as reflexões sobre o período ditatorial não são uma exclusividade do Brasil. Notadamente na América Latina, em que nos deparamos com a implantação de várias ditaduras, a temática se tornou elemento preponderante no debate político bem como na organização de diversos grupos sociais que reivindicam, para si, um lugar nas disputas pelas memórias de tais eventos. As discussões em torno da lembrança e do esquecimento, nesses episódios, tornaram-se uma questão visceral para esses países, particularmente na organização das democracias que se seguiram aos períodos autoritários. No entanto, além de uma questão de governabilidade, as alterações giraram em torno da legitimidade na construção das versões sobre esses acontecimentos.

Nos países do Cone Sul, a transição para regimes democráticos pôs em cena usos do passado como componentes fundamentais no estabelecimento dos governos pós-ditaduras. Contudo, é necessário perceber que tais utilizações obedeceram a dinâmicas específicas, em cada um desses países, posto que os próprios processos de organização política assumiram caminhos bastante diversos na história de cada um deles. Entretanto, mesmo considerando essas divergências, não se pode negar que a ordenação e a sistematização de memórias coletivas recentes tiveram como ponto capital a ênfase na exaltação da memória das vítimas nesses regimes, agora alçadas a um lugar central na constituição dos novos governos.

No Brasil, entre as incontáveis versões sobre 1964, talvez haja apenas um elemento consensual: é um acontecimento histórico emblemático, objeto de rememoração e reflexão. É provável que essa afirmativa soe óbvia, como poderia responder qualquer estudante do ensino médio. Esse é um ano histórico porque foi um evento importante e digno de ser lembrado e relembrado por todos os brasileiros, pois modificou nossa sociedade, nossa política. Serve-nos de parâmetro para a constituição de marcos memoráveis, bem como em disputas de memória traumáticas, éticas etc.

Contudo, ao nos rendermos a essa explicação familiar, não nos estaríamos aproximando das proposições dos oitocentistas, para os quais o acontecimento histórico era um dado, cabendo ao historiador apenas encontrá-lo e estabelecer sobre ele explicações? Nesse caso, seria 1964 um exemplo de episódio limite para o historiador, aquele que carregaria um valor intrínseco acima de todas as interpretações? Dessa forma, se já carrega em si a condição de evento histórico, desde 31 de março

desse ano, como delimitar a versão mais coerente para representá-lo?

Os motivos que nos levam a essas interrogações são os mesmos que nos servem para perguntar, por exemplo, por que eventos como a Inconfidência Mineira levaram mais de 100 anos para se tornarem, consensualmente, parte da história política oficial do Brasil, e 1964, pouco mais de uma década. O que diferenciaria então tais eventos?

Nossa intenção, com essas questões, não é pôr em xeque a ocorrência pragmática dos acontecimentos no tempo, e sim tentar situá-los num universo de significação complexo e variado que os inscreve muito além da condição de “acontecências”. Nesse caso, acreditamos que se estabelece uma diferença fundamental entre evento ocorrido e evento significado, uma vez que os compreendemos como ocorrências sociais, lingüísticas, políticas e ideológicas. É necessário ressaltar que, embora seja possível escolhermos algum desses elementos para figurar numa hierarquia valorativa de nossas interpretações, não podemos deixar de considerá-los a partir desse complexo mosaico de constituição.

2 A construção memorial do Golpe de 1964

Pensando sobre as questões pontuadas, apresentamos uma primeira pista para tentar respondê-las: pensar o próprio acontecimento do golpe como uma construção formulada de um complexo jogo de construção de significados que supera, em muito, nossa certeza do evento ocorrido no dia 31 de março (ou 1º de abril) de 1964, a começar pela própria dubiedade da data.

Na verdade, ao nos debruçarmos atentamente sobre o Golpe de 1964, percebemos que ele se elabora em alguns lugares muito representativos: foi um evento midiático, construído diariamente de notícias veiculadas na grande imprensa durante 21 anos. É também um acontecimento emblemático, memorável, objeto de intensas disputas éticas e sociais que se seguiram logo após a abertura política. Destaca-se ainda sua condição de acontecimento histórico-historiográfico, na medida em que, a partir de um dado momento tornou-se objeto de reflexão na produção acadêmica nas últimas décadas do século XX.

Inicialmente, vamos diferenciar alguns aspectos na produção do Golpe de 1964: primeiro, a elaboração das notícias propriamente ditas; a série de eventos que se seguiu logo após o anúncio da tomada de poder pelos militares. Nesse caso, o jor-

nal com o qual trabalhamos nessa reflexão – a *Folha de S. Paulo* – pretendeu informar sobre acontecimentos cotidianos.

Essa construção jamais é neutra ou aleatória; o encadeamento das notícias funciona como um recorte sobre a realidade e pretende estabelecer a respeito de tais acontecimentos uma elaboração de sentido social e ideológica. Ao fazer isso, submetem-se os eventos narrados a uma lógica organizativa que, progressivamente, vai tornando-os parte de uma narrativa maior que é a própria construção do significado do golpe. Contudo, até a definição do episódio como Golpe Militar, estabelece-se um longo caminho, no qual lutas e disputas são realçadas em decorrência de interesses tanto do meio que vincula as informações quanto dos demais agentes sociais presentes nesses jogos de significação.

Nesse caso, é preciso que tenhamos clareza do próprio lugar social e político que o jornal assume. Isso nos ajudará a compreender a construção do evento como objeto de reflexão cotidiana e, como tal, essa produção ajuda a torná-lo um lugar de memória que será evocado posteriormente. Vejamos um trecho de uma de uma reportagem da *Folha*, poucos dias antes do golpe:

A disposição de São Paulo e dos brasileiros de todos os recantos da pátria para defender a Constituição e os princípios democráticos, dentro do mesmo espírito que ditou a “Revolução de 32”, originou ontem o maior movimento cívico já observado em nosso Estado: a “Marcha da Família com Deus, pela Liberdade”. Com bandas de música, bandeiras de todos os Estados, centenas de faixas e cartazes, numa cidade com ar festivo de feriado, a “Marcha” começou na Praça da República e terminou na praça da Sé, “que viveu um dos seus maiores dias. Meio milhão de homens, mulheres e jovens – sem preconceitos de cor, credo religioso ou posição social – foram mobilizados pelo acontecimento.” Com “vivas” à democracia e à Constituição, mas vaiando os que consideram “traidores da pátria”, concentraram-se defronte da catedral e nas ruas próximas. (FOLHA DE S. PAULO; Caderno Brasil, 20 mar. 1964, grifos nossos).

Fizemos questão de apresentar um trecho relativamente longo para demonstrar como é elaborada a construção narrativa do evento. Podemos perceber que a notícia nos informa sobre a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, acontecimento que ante-

cedeu o golpe e, de certa maneira, corroborou os argumentos para os militares, posteriormente, justificarem suas ações. Entretanto, em vez de somente comunicar o ocorrido, o jornal elaborou um significado muito particular: evento cívico, grandioso, histórico em defesa da pátria, no qual predominaram a união e o consenso em torno de um único fim – defender a causa da democracia brasileira.

Na própria notícia, a *Folha* evoca outro evento emblemático para a história oficial de São Paulo: a Revolução de 32. Ao fazer isso, tem um claro interesse de alçar a marcha ao rol dos “grandes” acontecimentos históricos. A notícia nos demonstra também o lugar ocupado pelo jornal, naquele contexto, e seu apoio às ações que se seguiram aquele dia, mesmo que seu posicionamento tenha mudado posteriormente, assumindo um caráter mais combativo, sobretudo após 1970. Vejamos esse editorial do dia 4 de dezembro 1966:

Aposte no Brasil - esta é uma das frases que este jornal vem publicando em sua campanha de confiança no Brasil. [...] As dificuldades são grandes, ninguém ignora. Mas não surgem da incapacidade do brasileiro nem da falta de recursos materiais e intelectuais do país. Surgem, como é sabido, de uma série de contingências, tantas delas oriundas de um passado de dissipação. [...] Os derrotistas gostariam de derrotar o Brasil. Não o conseguirão, é claro, porque contra o desejo deles há a vontade de cada um de nós que confiamos, há a nossa vontade - a vontade de todos aqueles que sabem que a força de vontade constrói e que o ódio, o ressentimento, o desânimo são o pior dos cimentos para a unidade e o progresso de uma nação. Diga conosco: Confiamos no Brasil. (FOLHA DE S. PAULO; Caderno Brasil, 4 dez. 1966).

Após dois anos de implantação da ditadura, o jornal ainda mantém sua postura de apoio, ressaltando os mesmos ideais de união da pátria, da nação e do progresso. Os dois textos, embora de caráter diferenciado – o primeiro é uma notícia, e o segundo, um editorial no qual o jornal expõe abertamente opinião sobre a situação no Brasil –, evocam o passado e efetivam um dado pensamento histórico que é, ao mesmo tempo, teórico e pragmático. Teórico porque lança mão de conceitos gerais da própria ciência histórica, quando, por exemplo, menciona a Revolução de 32 como um acontecimento histórico emblemático, como lugar

das lições para o presente, e pragmático porque efetiva “[...] processos mentais genéricos e elementares da interpretação do mundo e de si mesmos [...]” (RÜSEN; 2001, p. 55).

Nesses termos, podemos dizer que, nessa primeira etapa, a construção do acontecimento é marcada pelo pragmatismo na medida em que nos expõe uma consciência histórica ordinária que, apesar de apresentar elementos que podem ser dotados de certa obviedade, efetivam um determinado modo de pensar a construção dos acontecimentos naquele contexto.

Com isso, não queremos generalizar o conteúdo apresentado pelo jornal como uma visão de toda a sociedade sobre o evento abordado; indiscutivelmente, o veículo se coloca em um dado lugar social. Entretanto, sua forma de ordenação dos fatos efetiva um arranjo cotidiano do pensamento histórico, o que nos faz perceber o conhecimento histórico como “[...] um modo particular de um processo genérico e elementar do próprio pensamento humano [...]” [RÜSEN; 2001, p. 56]. Põe-se em evidência uma dada consciência histórico-social que torna possível a compreensão do texto jornalístico para além das inúmeras divergências que ele efetiva, uma vez que

A consciência histórica está fundada nessa ambivalência antropológica: o homem só pode viver no mundo, isto é, só consegue relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo com dados puros, mas sim interpretá-los em função de suas intenções, de sua ação e paixão. (RÜSEN; 2001, p. 57).

Vejamos outra passagem do jornal sobre a censura, publicada em 5 de março de 1978:

As proximidades dos acontecimentos que marcaram a vida brasileira durante mais um lustro não são de todos conhecidos. Mas com uma visão global que as determinações da censura devem ser lidas. Todos os fatores que formaram essa parcela de história de nosso país devem ser levados em conta, para uma leitura correta, desapaixonada das ordens [...] o leitor encontrará, na leitura dessas ordens, temas cuja divulgação fora rigorosamente vedada e que são colocadas atualmente a mais ampla, polêmica e até ruidosa exposição. O que oferece o necessário termo de comparação ao leitor e ao historiador. (FOLHA DE S. PAULO; Caderno Brasil, 5 mar. 1978)

A passagem nos apresenta uma necessidade de interpretação das ações humanas no tempo e, nesse caso, de compreensão e explicação sobre o próprio evento, pois “[...] acontecimentos que marcaram a vida brasileira [...]” (id. *ibid.*), mesmo que, em um tempo muito próximo, formem uma “[...] parcela de história do nosso país [...]” (id. *ibid.*), o que deve ser considerado como uma tentativa

[...] de dominar o tempo que é experimentado pelo homem como ameaça de perder-se na transformação do mundo e dele mesmo. O pensamento histórico é, por conseguinte, ganho de tempo, e o conhecimento histórico é tempo ganho [...] (RÜSEN, 2001, p. 60).

O próprio jornal, na mesma matéria, afirma que “[...] se a missão dos jornais é a de formar opinião, não é menos importante sua natureza de documento histórico.” (id. *ibid.*). Progressivamente, percebemos que sua narrativa vai transformando o acontecimento de 1964, composto pela cadeia de eventos que o ajudaram a elaborar, ao longo dos anos subsequentes, um acontecimento memorial, apresentado ao leitor para reflexão da lembrança e dos rastros deixados em suas notícias.

A partir do momento que o golpe deixa de ser notícia, ou seja, perde a condição de novidade cotidiana apresentada em razão de acontecimentos que se encadeiam, passa a ser mostrado como objeto de matérias veiculadas, principalmente, nas chamadas datas convocantes – quando no jornal se busca analisar, refletir e apresentar versões, e instituir lugares de lembrança sobre ele. O evento passa a ser assumido na categoria de histórico e a figurar num quadro de disputas de memórias emblemáticas. Entretanto, é preciso considerar que os processos de constituição dessas memórias não são invenções arbitrárias. Há um agenciamento complexo de vários eventos que são estruturados em decorrência de narrativas conflitantes que, por sua vez, competem para dar sentido às experiências sociais, muitas vezes traumáticas.

A transformação de 1964 em um episódio memorial ocorreu ao longo dos 40 anos que se seguiram a 31 de março/1º de abril de 1964. Carvalho e Castela (2005), ao analisarem as chamadas datas convocantes, demonstraram como as narrativas se vão progressivamente modificando ao longo do marcos comemorativos de 10, 20, 30 e 40 anos do golpe. Nesses momentos, há uma circularidade de narrativas e agentes que reivindicam contar sua própria versão sobre o evento: “De esta maneira, uma categoria y su

fecha pueden ser leídas em clave de invención de una tradición, invención eficaz para unificar miradas y pensamientos sobre un momento histórico-político.” (CARVALHO; CASTELA, 2005, p. 196).

Todavia, além das disputas de memória no processo de construção dessas datas, chamamos atenção para um aspecto peculiar: mesmo quando as versões divergem totalmente, põem em evidência uma mesma perspectiva de pensamento histórico: 1964 é sempre narrado como marco que explica todos os problemas do país naquele momento, e a história é compreendida como o lugar de lições.

O jornal leva os depoimentos vinculados em suas páginas a dialogar entre si, mas, em termos gerais, conduz todas as falas numa mesma perspectiva: a tentativa de descoberta da verdade, de marcos temporais e dos principais nomes envolvidos no processo – acontecimentos, datas e nomes. Vejamos um primeiro exemplo com o jornalista Luiz Carvesan, colunista da *Folha*:

É extremamente importante que “novos detalhes - históricos, pitorescos, ridículos alguns” – sobre o movimento militar de 31 de março de 1964 venham à tona. [...] No mínimo para que não se perca na poeira do tempo a escuridão sob a qual fomos obrigados a viver. [...] “A história os julgará melhor que eu.” Mas eis, com o risco da arrogância, o meu veredicto: culpados. (FOLHA DE S. PAULO; Opinião, p. 1-2, 31 de mar. 1994, grifos nossos).

No mesmo mês, no dia 31 de março de 1994, o jornal reproduz, na íntegra, a ordem do dia distribuída pelos ministros militares:

A Nação “relembra”, hoje, a verdadeira cruzada cívica que representou, há trinta anos, o Movimento Democrático, cujo epílogo ocorreu em 31 de março de 1964. Em razão de a maioria dos atuais integrantes das Forças Armadas ainda não ter nascido naquela época, impõe-se “retroceder algumas páginas da história recente” de nosso País, para configurar o cenário no qual a “Revolução foi deflagrada”. [FOLHA DE S. PAULO; Caderno Brasil, p. 1-13, 31 mar. 1994, grifos nossos].

Passados 30 anos do golpe, o discurso militar continua a reafirmá-lo como a “Revolução” necessária; mais do que isso, convoca o papel pedagógico da história para ensinar aos novos militares, “ainda não nascidos naquela época”, os motivos pelos quais

ela se justificou. A nota não traz nenhum comentário do jornal.

Ainda no dia 31, na mesma edição, o sociólogo Luciano Martins afirmava que “[...] a persistência até hoje de uma polaridade (golpe/revolução) para designar o que ocorreu em 64 não se explica apenas pela função valorativa [...]. É provável que ainda se tenha de esperar algum tempo para desvendar o verdadeiro significado histórico de 64” (FOLHA DE S. PAULO; Tendências e Debates, 31 de mar. p. 1-3. 1994).

Tendo como base os trechos citados, percebemos que intelectuais, analistas e testemunhas se misturaram em uma sucessão de depoimentos que, apesar de divergirem em suas versões, apresentam opiniões muito parecidas em relação ao registro do passado. Efetiva-se uma história que é problematizada apenas no embate de narrativas, lugares de construção de verdades, mas que reproduz uma visão pragmática, pedagógica e, conseqüentemente, exemplar. O passado é o lugar das lições; o presente, do julgamento, e o futuro, de espera da salvação.

Em 1º de abril de 1994, o sociólogo Herbert de Souza fazia a seguinte reflexão sobre o significado de 1964 na história do Brasil:

Em 1964, o Brasil buscava a mudança. Uma longa e sofrida história que nascia do genocídio indígena, passava pela escravidão e continuava na dicotomia entre uma elite fria e uma massa de trabalhadores sem direitos e sem terra. Seu nome era reforma de base, democracia. Um movimento democrático, que nascia da sociedade, tentava se aproximar de um Estado que durante séculos havia sido o grande instrumento do status quo, da Casa Grande e Senzala, do apartheid social. (FOLHA DE S. PAULO; Tendências e Debates, p. 1-3, 1 de abr. 1994)

Em poucas palavras, o sociólogo resume a história oficial do Brasil, demonstrando-nos que todo o passado de dominação caminhava em 1964 para a superação dessa condição, caso não tivesse ocorrido brusca interrupção pelo golpe. A narrativa demonstra que parecia muito plausível e certa a possibilidade de o Brasil finalmente superar séculos de uma “[...] longa e sofrida história [...] da Casa Grande e Senzala e do apartheid social [...]” (id. *ibid.*). Na fala do sociólogo, há uma clara construção de sentido que perpassa uma comunicação cotidiana permeada de informações memoriais e culturais que põem em destaque referências históricas, fazendo que, exemplarmente, séculos caibam

e sejam compreendidos em poucas linhas pela ordenação simbólica na qual o texto é construído.

Vejamos Darcy Ribeiro, outro intelectual bastante influente naquele momento:

O Brasil atual é fruto e produto da ditadura militar, que armou-se de todos os poderes para conformar a realidade brasileira, segundo diretrizes opostas às até então vigentes [...] O valor mais alto que perdemos debaixo da ditadura foi o sentimento de que o Brasil é um país especial, com destino próprio e singular, a ser alcançado por nosso esforço. Generalizou a corrupção até nas cúpulas dos órgãos supremos do poder. Temo, mesmo, que ela tenha quebrado na juventude de classe média o nervo ético e o sentimento cívico, levando enorme parcela dela ao desbunde e à apatia (FOLHA DE S. PAULO; Nacional, p. 1-3, 26 de mar. 1994).

Na crítica à ditadura, o antropólogo Darcy Ribeiro a apresenta como a origem dos todos os problemas atuais brasileiros, responsável também pela desestruturação do Brasil como um país “especial”, cujo destino, “próprio e singular”, seria alcançado em um futuro próximo. Ressalta-se o claro valor cívico e laudatório do povo brasileiro, o qual foi quebrantado pela ação do período ditatorial, homogeneizando, sob um dado olhar, toda a sociedade e os efeitos do regime. O passado torna-se, então, “[...] como uma floresta para dentro da qual os homens, pela narrativa histórica, lançam o seu clamor, a fim de compreenderem, mediante o que dela ecoa, o que lhes é presente [...]” (Rüsen, p. 62, 2001).

Por fim, em mais uma matéria dedicada aos 30 anos do golpe, o jornal apresenta um questionário intitulado “veja se você está inserido no contexto”, com 30 perguntas referentes ao episódio. Tais questões reforçam o caráter estritamente factual da construção do evento, e até certo ponto anedótico, como podemos ver nesses exemplos:

2. Qual foi o único dos presidentes militares citado no título de uma peça de teatro de revista?: a) Castelo Branco; b) Costa e Silva; c) João Baptista Figueiredo.
3. Quem estava na capa do primeiro número do semanário *O Pasquim*, em junho de 1969?: a) Leila Diniz; b) Ibrahim Sued; c) Sérgio Porto.
4. O que o poeta e compositor Torquato Neto fez ao completar 28 anos, a 10 de novembro de

1972?: a) fechou uma boate e deu uma festa; b) suicidou-se; c) decretou o fim do tropicalismo.
17. Qual foi a inflação de 1964? a) 750%; b) 91,9%; c) 325,7%.
24. De que era feita a tão polêmica sunga com que Fernando Gabeira passou a freqüentar as praias cariocas após voltar do exílio?: a) náilon; b) brim; c) crochê. (FOLHA DE S. PAULO, Caderno Especial, p. B-12; 31 de mar. 1994)

No mesmo ano, Gilberto Dimenstein argumenta que o “[...] Brasil virou uma imensa fábrica de ignorantes” (FOLHA DE S. PAULO, Opinião 1-2, 27 de mar. 1994), ao lamentar o esquecimento do povo brasileiro sobre vários detalhes referentes a 1964, o que, ao observar-se a 24ª pergunta do questionário citado, não deveria causar tanto espanto.

3 Considerações finais

Tradicionalmente, o período ditatorial brasileiro encerra-se em meados dos anos 1980, quando houve um novo ordenamento das organizações político-sociais no Brasil, e tem início o processo de redemocratização no País. Nesse momento, outros eventos entram em cena para disputar com 1964 o lugar fundante na elaboração de significados, como debates em torno da anistia, o movimento pelas eleições diretas e para presidente, em 1989.

O ano de 1964, progressivamente, vai perdendo sua dimensão noticiosa e passa a figurar como evento memorável e exemplar, embora os acontecimentos a seguir o tenham por referencial de explicação, o que demonstra de que maneira o passado serve de agente significador do presente, como podemos observar nesse editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, de 1985:

A eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República marca o fim de um ciclo na vida política brasileira. Se o momento é o da valorização da democracia, e da esperança de implantá-la em breve, não se trata, contudo de simplesmente virar uma página na História do País, na recusa a encarar o que foi o período autoritário e a avaliá-lo com maturidade. Sua memória não pode desaparecer na cômoda impressão de que, hoje, os desmandos e práticas condenáveis que o caracterizaram não seriam mais concebíveis, ou de que são

felizmente coisa do passado. (FOLHA DE S. PAULO, Editorial, 16 jan. 1985).

Nesse trecho, percebemos um novo ciclo de produção de sentidos, ou para utilizarmos as proposições de Paul Ricoeur (1997), o acontecimento é articulado em novas narrativas, uma segunda mimese que o aborda, não mais como notícia, mas como memória. Podemos notar também como, a partir de 1964, articulam-se três horizontes temporais distintos: o primeiro apresenta o encerramento de um período e coloca o presente como o tempo da mudança – simbolizado pela vitória de Tancredo Neves; o segundo, o passado – projetado sobre o presente como advertência –, lição que não deve ser esquecida, e o terceiro, o futuro preconizado como um tempo melhor, no qual finalmente se realizaria a democracia.

Ao perder a dimensão de notícia, 1964 é situado como ocorrência célebre e modelar, tornando-se patrimônio a ser disputado que reitera uma idéia de história teleológica e progressiva numa conduta utilitarista do passado. Esse deve servir para manter o presente em constante estado de alerta, uma vez que virar a “página da história” é correr o risco de repetir erros.

No novo ciclo de significação, o evento é reivindicado por vários grupos que pretendem ordenar suas explicações e, embora predominem certas versões que se tornam mais visíveis no arranjo de sentidos, isso não quer dizer que ele seja capturado totalmente por alguma delas ou que se submeta a uma rede de determinação imutável, pois “[...] é sempre possível ordenar, classificar, atribuir e decodificar um acontecimento dentro de mais de um ‘mapeamento’.” (HALL, 2006, p. 374).

Nesse tumulto de vários atores, o jornal *Folha de S. Paulo* exerceu um papel bastante singular; primeiro, por seu apoio declarado ao golpe, em 1964, e durante quase todo o período em que os militares permaneceram no poder; segundo, por sua atuação na campanha para eleições diretas, nos anos, 1980, e terceiro, mesmo que nos anos 90 do século passado o jornal tentasse se apresentar como arena neutra para esses debates, ele jamais pode ser visto como espaço isento. O jornal *Folha de S. Paulo* soube reverter sua participação na campanha das Diretas em um poderoso capital simbólico que serviu para (re)significação de sua atuação política na história recente do País. Nessa campanha, apresentou-se como espaço de defesa e luta pela democracia, reformulando a própria memória de sua atuação na ditadura militar.

Vejamos como o jornal define o Golpe de 1964, ao organizar, em 1996, um debate entre o Senador

Jarbas Passarinho e Marcelo Rubens Paiva, dois personagens que estiveram em lados opostos, durante o período:

O 31 de março de 1994 é uma data incômoda para o Brasil. Uma data que divide o país há três décadas. Para alguns, o dia em que a revolução militar derrotou o comunismo. Para outros, o dia em que o golpe militar quebrou a ordem democrática. (SCHWARTZ, 2003, p. 437)

O trecho nos demonstra como 1964 é ainda um evento em movimento, uma vez que, contraditoriamente, teima em não perder sua dimensão polêmica a cada efeméride. Sua conceituação é complexa, e o jornal acentua esse aspecto, numa tentativa de isenção, deixando que sujeitos indeterminados se posicionem sobre o assunto. A dificuldade e a tensão sobre um posicionamento podem ser observadas em seus manuais de redação. Aqui citamos o de 1992 (FOLHA DE S. PAULO, 1992), destacando três verbetes:

- Ditadura – use com critério este termo para designar a dominação de uma sociedade por uma pessoa ou um pequeno grupo. É melhor qualificar regimes autoritários de forma objetiva: governo militar; regime cujo o presidente está no poder a 25 anos; regime de partido único. Não use a expressão ditadura militar nem revolução de 64 para designar o movimento militar ocorrido no Brasil naquele ano (p. 70).
- Movimento militar – O de 1964 no Brasil, deve ser designado por essa expressão, e não por ditadura ou Revolução. (p. 92).
- Revolução de 64 – Não use esta expressão para designar o movimento militar que ocorreu no Brasil naquele ano. (p. 108).

Percebe-se uma tentativa de despolitização do acontecimento, como se, ao retirar-lhe o potencial de divergência, ele se tornasse objetivo. Nesse caso, predomina a idéia de evento como um dado a ser revelado ao imprimir-lhe a ilusão de fato puro, não conceituado, pois defini-lo por conceitos como ditadura ou revolução seria situá-lo em algum pólo da discussão. Contudo, a escolha pelo termo “movimento militar”, embora aparente uma pretensa neutralidade, claramente favorece a atuação dos militares, posto que minimiza, política e socialmente, os efeitos do evento.

Nas páginas do jornal, esses grupos debatem dando impressão de que, a cada efeméride, a verdade estaria mais próxima de ser alcançada, pois,

em um contínuo processo de novas descobertas e acúmulo de evidências, chegar-se-ia um dia à sua total explicação; além disso, constrói-se a sensação de que, finalmente, o passado poderia ser reparado no presente, um lenitivo para aqueles que estiveram diretamente ligados ao episódio.

Ao longo de nosso texto, tentamos apontar alguns aspectos sobre a elaboração do conhecimento histórico na sociedade contemporânea. Como mencionamos inicialmente, as últimas décadas do século XX trouxeram novas complexidades para sua produção. Delas destacamos os meios de comunicação que tiveram um papel extremamente relevante, seja por meio da acelerada produção de notícias, que recolocou antigos e novos problemas na produção dos acontecimentos, seja por seu papel de produtor de versões ou de datas convocantes sobre temáticas históricas.

Nesse contexto, a produção do conhecimento histórico se manifesta em novas variedades de lugares e atores, levando os historiadores de ofício a deparar com uma produção que avança velozmente sobre temáticas e objetos, tornando a história uma mercadoria cobiçada pelos recursos midiáticos. Ressalta-se também que se aprofundaram as lutas de grupos, classes, etnias e governos por esses lugares de produção.

Tais lugares são ocupados por fazedores de história que, conscientes do potencial convincente e legitimador do discurso histórico, produzem uma avalanche de novas narrativas que misturam as urgências de relatos cotidianos a uma produção de sentidos que procura construir memórias e marcos temporais. Como tentamos demonstrar, por meio da reflexão sobre um veículo – o jornal *Folha de S. Paulo* – e sobre um acontecimento histórico – o Golpe de 1964 –, a construção da própria historicidade contemporânea é marcada pelo imediatismo que tenta fixar o histórico no momento de sua constituição. E, por outro lado, por um trabalho de construção do presente amparado pelas referências aos conceitos de história e memória, efetivando, assim, uma consciência histórica multifacetária.

No entanto, a história que é produzida em tais recursos evoca uma epistemologia tradicional na qual ela deve eximir-se de posições, e a verdade deve ser descoberta por baixo de toda a poeira das versões. É nesse sentido que o jornal “joga” com todos os depoimentos apresentados em suas páginas. Nelas cabem todas as versões, que, embora rivalizem entre si, buscam chegar ao mesmo ponto: a verdade final. A história é explicada a partir de um encadeamento de causas, efeitos e conseqüências.

Em nenhum momento, a produção de tais relatos se apresenta como “construção”, mas, sim, como “lugares de verdades” que “resgatam”, “retratam” e “apresentam” o passado, cabendo ao leitor descobrir qual deles é o verdadeiro.

O conhecimento produzido por esses “lugares”, além de ter-se tornado um recurso poderoso para o ensino e a reprodução de conteúdos históricos, efetiva olhares e atitudes de nossa sociedade sobre o seu passado, uma vez que é preciso certeza de que a produção científica da história é, tão-somente, uma parte da “formação histórica” de uma sociedade.

Devemos considerar, portanto, o conjunto de “[...] todos os processos de aprendizagem em que a história é assunto e que não se destinam, em primeiro lugar, à obtenção da competência profissional [...]” (RÜSEN, 2005; p. 48). Existem, por conseguinte, diferentes narrativas que explicam e evidenciam formas de pensamento histórico manifestadas em variados fenômenos de aprendizagem, desde o ensino formal até os meios de comunicação.

Levar em conta esses lugares de significação como produtores de conhecimentos socialmente válidos possibilita-nos compreender as maneiras pelas quais uma sociedade pensa, historicamente, a si própria. Faz-nos ainda refletir sobre os processos de governabilidade contemporânea, nos quais a recordação do passado assumiu lugar fundamental na constituição de governos, políticas públicas e reparações sociais. Questões que nos fazem pensar a própria idéia de democracia hoje como algo vinculado ao direito à lembrança, ao esquecimento e à história.

1964, the year of a memorable report: the construction of the *coup d'état* in Brazil, among media, memory and history

In this article, a reflection is made on a production of a memorable event related to three basic elements: media, memory and history in contemporary Brazil. The article analyses how the *coup d'état* of 1964 was represented in the Brazilian's newspaper *Folha de S. Paulo*, from 1994 to 2004. We consider the narrative built by this kind of media about these emblematic moments through the concepts of memory and historical representation nowadays.

Key words: Event. History and media. Memory.

Referências

- CARVALHO, A.; CASTELA, L. da S. 31 de Marzo de 1964 en Brasil: memorias deshinchadas. In: JELIN, E. (Org.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”*. 1ª. ed. Madrid: Siglo XXI, 2005.
- CARVESAN, Luis. Lembrar para não esquecer. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: Opinião, p. 1-2, 31 mar. 1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>.
- DIMENSTEIN, G. Somos uma fábrica de ignorantes. *Folha de S. Paulo*. São Paulo; Opinião, p. 1-2; 27 mar. 1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>.
- FOLHA DE S. PAULO. Parou ontem para defender o regime. São Paulo; Caderno Brasil, 20 mar. 1964. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20mar1964.htm>.
- FOLHA DE S. PAULO. Aposte no Brasil. São Paulo, Editorial, 4 dez. 1966. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_04dez1966.htm>.
- FOLHA DE S. PAULO. Dossiê censura. São Paulo, Ilustrada, 5 mar. 1978. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/ilustrada_05mar1978.htm>.
- FOLHA DE S. PAULO. Veja se você está inserido no contexto. São Paulo, Caderno Especial p. B-12, 31 mar. 1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>.
- HALL, S. Da diáspora – identidades e mediações culturais. 1ª. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- HARTOG, F. *Regime de historicidade*. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/heros/excerpta/hartog.html>>. Acesso em: 8 maio 2006.
- MARTINS, L. A dinâmica e o legado de 64. *Folha de São Paulo*. São Paulo, Tendência e Debates p. 1-3, 31 mar. 1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomos I, II, III, São Paulo: Papyrus, 1997.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica – Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UNB, 2001.
- SCHWARTZ, Adriano (Org.). *Memórias do Presente – 100 entrevistas do Mais!*. São Paulo, Publifolha, 2003.
- Silva, Hélio. 1964: um contra golpe revolucionário – Historiador revela o desenvolvimento da crise que levou ao movimento de 64. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, Caderno Brasil, 2 abr. 1978. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_02abr1978.htm>.
- SOUZA, H. de. Filhos do golpe reconstroem a cidadania. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Tendências e Debates, p. 1-3, 1º abr. 1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>.

recebido em 26 jul. 2008 / aprovado em 9 out. 2008

Para referenciar este texto:

SILVA, S. M. de M. 1964, o ano de uma notícia indelével: A construção memorial do golpe militar, no Brasil, entre a mídia, a memória e a história. *Cenários da Comunicação*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 117-125, 2008.

